

ESTRUTURAS E PROTAGONISTAS RELIGIOSOS NA HISTORIOGRAFIA MEDIEVAL PORTUGUESA *

HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR **

Gostaria de começar por agradecer o convite que me foi dirigido para participar nestas jornadas de reflexão sobre a História Religiosa em Portugal a propósito da comemoração dos 50 anos da revista *Lusitania Sacra*. Na verdade, esta parece-me ser uma efeméride propícia à reflexão em torno da História Religiosa que se faz, em especial se tivermos em linha de conta o papel desempenhado pela revista da qual comemoramos os 50 anos de vida na promoção e desenvolvimento dos estudos sobre a História de Igreja e a História Religiosa em geral.

Aliás parece-me ter sido esta a maneira como a própria organização destas Jornadas entendeu a sua realização, propondo uma temática geral intitulada “Da História Eclesiástica à História Religiosa” e, se seguirmos o texto de apresentação, um objectivo bastante amplo: o de reflectir sobre o lugar da historiografia religiosa no contexto da historiografia portuguesa contemporânea. E como ponto de partida para essa reflexão foi proposta a elaboração de pequenos balanços sobre a investigação feita no decurso das últimas décadas, cabendo-me a mim reflectir e construir uma visão obrigatoriamente limitada dessa produção para o período respeitante à Idade Média e para uma área, digamos sectorial, reflectida no próprio título da comunicação, ou seja sobre as estruturas e os protagonistas.

Respondendo às solicitações que estiveram na base desta comunicação gostaria de a dividir em duas partes. Na primeira, pretendo reflectir sobre os critérios e questões que a elaboração de um balanço deste tipo no início do século XXI e num contexto que penso ser de mudança ou, pelo

* Este texto foi apresentado em Novembro de 2006, pelo que o ponto da situação e as citações bibliográficas se referem a esse ano.

** Universidade de Évora; membro do CEHR.

menos, de obrigatória reflexão sobre a produção medievista me colocaram, para a partir daí e num segundo momento apresentar algumas reflexões sobre as linhas de desenvolvimento da produção sobre História Religiosa em Portugal.

1. Fazer História Religiosa da Idade Média em Portugal

No ano de 2000 era publicado o primeiro volume da *História Religiosa de Portugal*, projecto arrojado e ambicioso do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) da Universidade Católica Portuguesa, para cuja concretização o CEHR se serviu do apoio de numerosos estudiosos e colaboradores tanto na *História* que então se apresentava como no *Dicionário de História Religiosa*¹, editado em paralelo.

Através da publicação destas duas obras, os seus responsáveis procuravam ultrapassar a lacuna nos conhecimentos traçada desde o surgimento da última *História da Igreja em Portugal* da autoria de Fortunato de Almeida no decurso dos anos vinte² e da paragem da publicação do *Dicionário da Igreja em Portugal*³, dando então a lume dois estudos que procuravam congregar não apenas os mais recentes contributos na área da historiografia religiosa, mas reflectir também a aplicação de novas metodologias ao trabalho neste campo. Por tudo isto, a *História Religiosa* e o *Dicionário de História Religiosa* representaram, por si só, um momento de viragem na abordagem das temáticas ligadas à História Religiosa, ao evidenciarem uma abertura a novos públicos e a novos produtores. Mas, incontestavelmente, a sua publicação constituiu também um reflexo cabal do aumento do número de estudos ao nível da historiografia portuguesa sobre muitas das áreas e das temáticas consideradas no interior desta obra e esta é a vertente que nos interessa, neste momento, realçar.

Na verdade, se quiséssemos caracterizar de forma global e linear o trajecto desenhado pela produção historiográfica no âmbito da História

¹ *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000-2001 e *HISTÓRIA Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000-2002.

² Tal como é explicado no prefácio de Damião Peres à *História da Igreja em Portugal*, a 1ª edição desta obra data dos anos de 1910 a 1928. No entanto, utilizamos neste estudo a edição dos anos 60 preparada por Damião Peres. ALMEIDA, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal*. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres. Porto: Portucalense Editora, 1967, 4 vols.

³ Este Dicionário foi dirigido por António Banha de Andrade mas apenas foi publicado um volume em 1980.

Religiosa em Portugal, essa caracterização só poderia ser positiva enquanto reveladora de um crescimento significativo do número de estudos e de análises elaboradas no decurso das últimas décadas, bem como dos pólos de produção, basicamente coincidentes com os diferentes grupos de investigadores ligados às diversas universidades nacionais ⁴.

Uma perspectiva mais recente desse aumento pode ser colhida no balanço que, há cerca de quatro anos, foi publicado na revista *Lusitania Sacra* e que incidiu sobre as provas académicas realizadas entre 1995 e 2000 nas várias universidades portuguesas, no âmbito da História da Igreja na Idade Média ⁵.

O texto então elaborado, para lá das dificuldades inerentes à compilação das dissertações defendidas nas diferentes instituições, permitia, pelo menos, e se bem que não de uma forma absolutamente exaustiva, vislumbrar os caminhos trilhados pelas investigações sobre História da Igreja em âmbito académico. E a visão que resultou desse trabalho foi, antes de mais, a de um acréscimo significativo do número de teses defendidas em áreas específicas da História Religiosa, em especial áreas até aí pouco estudadas, entre as quais gostaríamos de destacar as ligadas às instituições e ao clero secular e uma relativa secundarização de temas explorados no decurso das décadas anteriores, como acontece com as análises centradas no estudo de instituições regulares.

Mais recentemente, o ponto de situação apresentado por Maria Helena Coelho na *V Semana de Estudos Medievais* realizada na Faculdade de Letras do Porto em Novembro de 2005, sobre a produção elaborada nos últimos anos no âmbito da História da Igreja em Portugal, e já não circunscrito ao nível estrito das provas académicas, confirmava a expansão quantitativa dos trabalhos nesta área e o sulcar de novos temas até aí pouco explorados.

Para lá do inegável e inquestionável crescimento dos estudos sobre a História Religiosa Medieval, estes dois pontos de situação atrás referidos reflectem ainda uma outra opção de fundo que caberá realçar e que se liga à autonomia do campo de estudos da História Religiosa, nem sempre

⁴ Na verdade, muitos dos estudos que serão citados no decurso deste trabalho resultam de provas académicas apresentadas em diferentes instituições universitárias, o que evidencia a importância quantitativa detida por estas provas no conjunto da produção nesta área.

⁵ VILAR, Hermínia Vasconcelos – História da Igreja Medieval em Portugal: um percurso possível pelas provas académicas (1995-2000). *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 569-581.

entendido como tal em anteriores tentativas de balanço, realizadas no início dos anos 90⁶.

Na verdade, a valorização da investigação em áreas ligadas à História Económica e mesmo da História Social no decurso dos anos 80, determinada pelo longo e espesso desconhecimento dominante em áreas cruciais da historiografia medieval portuguesa, resultou na subalternização de determinadas temáticas, nomeadamente ligadas ao estudo das instituições eclesiásticas ou das práticas devocionais, para citar apenas duas áreas de trabalho. E, de certa forma, os balanços realizados no início dos anos 90 faziam eco dessa centração apenas gradualmente abandonada.

No entanto, este silêncio explicava-se ainda pelas dificuldades inerentes à definição da abrangência científica e das fronteiras temáticas do campo da História da Igreja ou da História Eclesiástica, conceitos normalmente mais empregues na caracterização dos estudos que, apesar de tudo, foram sendo elaborados no decurso das décadas de 70 e de 80. Na verdade, as hesitações na utilização do termo correcto, fruto da ausência de uma reflexão epistemológica sobre os termos “História da Igreja”, “História Eclesiástica” ou outro, resultavam numa definição, por vezes, confusa das suas fronteiras.

Daí que não raras vezes estudos sobre instituições eclesiásticas ou sobre aspectos diversificados da formação cultural de clérigos caíssem na alçada da História Económica, da História Cultural ou mesmo da História das Mentalidades.

⁶ O final dos anos 80 e os primeiros da década de 90 assistiram à produção de um número relativamente importante de balanços da historiografia medieval portuguesa, balanços de âmbito global ou centrados na análise de áreas específicas de trabalho. Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz – A História Medieval portuguesa: caminhos percorridos e a percorrer. *Boletim do Núcleo de História Medieval*. 1 (1990) 1-17; HOMEM, Armando Carvalho; ANDRADE, Amélia; AMARAL, Luís Carlos – Por onde vem o medievismo em Portugal?. *Revista de História Económica e Social*. 22 (1988) 115-138; HOMEM, Armando Carvalho; FREITAS, Judite Gonçalves de; PEREIRA, Adelaide Lopes – Oficiais régios e oficiais concelhios nos finais da Idade Média: balanço e perspectivas. *Revista de História Económica e Social*. 24 (1988) 27-53 e VELOSO, Maria Teresa Nobre – Para uma bibliografia crítica de História Medieval de Portugal: algumas notas. *Ler História*. 21 (1991) 24-34. Já no início da década seguinte, em 2000, Armando Carvalho Homem elaborou um novo balanço da historiografia medieval portuguesa, balanço que publicou numa revista brasileira e a partir da leitura do qual se torna visível o nítido aumento dos estudos nesta área e alguns dos temas recentemente sulcados. Embora no contexto de um balanço geral o espaço ocupado pelas obras sobre História Religiosa seja claramente limitado. HOMEM, Armando Carvalho – O Medievismo em liberdade: Portugal, anos 70/anos 90. *Signum. Revista da AREM, Associação Portuguesa de Estudos Medievais*. 3 (2001) 173-207.

Uma divisão deste tipo não era alietória. Na verdade, ela reflectia uma noção tradicional, se bem que já não correcta, de que a História da Igreja ou das Instituições Eclesiásticas, porque era disso que então se tratava, era uma área à parte da História, destinada a um pequeno conjunto de historiadores que se dedicavam a esses temas.

E penso que, apesar dos avanços conseguidos nos últimos anos, a discussão em torno destes conceitos e das fronteiras científicas desta área continua a ter toda a premência. Na verdade, quando passamos da utilização de um conceito como o de História Eclesiástica para um bastante mais abrangente e “imperialista” como o de História Religiosa, num contexto em que o silêncio típico de há alguns anos parece substituído pelo crescimento exponencial e nem sempre cientificamente comprovado das áreas temáticas e das questões incluídas no interior deste “novo” campo de trabalho, a reflexão sobre o que entender por História Religiosa e sobre a operacionalidade ou não da utilização desta denominação parece impôr-se de forma clara ⁷.

Apesar de tudo é inegável que, em especial, as últimas duas décadas parecem ter trazido alterações significativas no que respeita não apenas ao número dos historiadores que se dedicam à área da História Religiosa, mas também à variedade de temáticas incluídas sob esta ampla denominação ⁸.

Assim e a partir do que acabou de ser dito parece estarmos num momento de franco crescimento dos estudos sobre História Religiosa da Idade Média em Portugal. E, essa é, na verdade, a primeira imagem que se desenha. No entanto, uma reflexão mais profunda poderá matizar esta visão tão optimista.

Mas deixemos para o fim as possíveis conclusões ou linhas de reflexão sobre a investigação em História Religiosa da Idade Média, e centremo-nos agora no ponto de situação que nos foi pedido.

⁷ Uma reflexão sobre o conceito de História religiosa, bem como alguma bibliografia sobre a temática podem ser encontradas em AZEVEDO, Carlos Moreira – Introdução Geral. In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal*, vol. I, p. IX-XXVII. Este texto apresenta ainda um útil ponto de situação sobre algumas das obras clássicas e marcantes da historiografia portuguesa sobre História Religiosa.

⁸ *Ibidem*, em especial pág. IX-XIII.

2. Os estudos sobre estruturas e protagonistas

Antes de mais deveremos estabelecer os limites do balanço apresentado. Como é fácil de concluir torna-se impossível encetar e concluir um balanço global sobre todos os estudos que incidiram sobre instituições eclesiásticas, que tomaram os seus fundos documentais como pontos de partida das suas análises ou que se dedicaram à análise do percurso de um eclesiástico. Assim, foi necessário estabelecer critérios delimitadores da abordagem. Antes de mais um critério cronológico, ao definir como horizonte de trabalho as últimas três décadas. Depois um critério selectivo, o que nos levou a optar pela construção de um texto articulado em redor de algumas temáticas centrais dentro do tema global que nos era proposto e destacar para cada uma delas os estudos mais marcantes.

Neste contexto, foram considerados três níveis de análise distintos e de certa forma tradicionais mas evidenciadores do trabalho realizado: o do clero e das instituições regulares, o do clero e instituições seculares e o da relação entre poderes, inserindo neste último ponto tanto as relações da Igreja com a Santa Sé como com outros poderes, nomeadamente o régio ⁹.

Iniciemos, pois, este balanço pelos estudos dedicados ao primeiro nível considerado: o do clero e instituições regulares. Este é talvez o campo de produção da História religiosa medieval mais trabalhado e que ainda foi objecto de análises monográficas, centradas basicamente em instituições regulares ¹⁰.

Com efeito, a precocidade e o volume significativo de trabalhos nesta área foi o resultado de vicissitudes várias, entre as quais se incluem a facilidade de acesso a cartórios em alguns casos relativamente organizados, a riqueza desses fundos documentais passível de suportar abordagens históricas de diferente índole e a existência de estudos que, se bem que elaborados em diferentes contextos historiográficos, funcionaram como modelos de análise ou como referenciais metodológicos.

⁹ Mesmo estabelecendo limites prévios na abordagem torna-se difícil obter uma exaustividade na citação de todos os trabalhos produzidos e que, muitas vezes, se encontram dispersos por edições ou revistas de reduzida difusão. Desta forma, deveremos começar por nos penitenciarmos de eventuais lacunas que não resultam de omissões voluntárias mas tão só de esquecimentos fortuitos ou das dificuldades que, por um lado, ainda hoje dominam o conhecimento do que se vai fazendo em diferentes instituições e, por outro, enformam a publicação e a edição de estudos sobre Idade Média.

¹⁰ Fruto parcial desse desenvolvimento e da atenção precoce dedicada a este campo de estudo é o Guia *ORDENS Religiosas em Portugal: das origens a Trento: Guia Histórico*, da responsabilidade de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, publicado em 2005.

Por todas estas razões, os estudos sobre mosteiros e conventos cedo se difundiram entre a historiografia portuguesa medievista, contando-se já por algumas dezenas as análises efectuadas e as instituições objecto de estudos mais ou menos aprofundados. Em muitos dos casos as análises de que falamos foram realizadas em contexto universitário e, em especial, como prova académica. No entanto e apesar da diversidade institucional da sua produção, os estudos elaborados ao longo das últimas décadas denotam tendências e fases que cumprirá ter presentes.

Sob o risco de simplificar um movimento diversificado diríamos que um primeiro grupo de trabalhos se caracterizou pela análise de instituições sediadas no Norte do País e pertencentes a ordens religiosas dominantes nos séculos XI a XIII. Incluímos neste conjunto os estudos sobre casas beneditinas e cistercienses, entre outras, às quais historiadores como José Mattoso, José Marques, Maria Helena Coelho e Maria José Azevedo Santos dedicaram análises de diferente dimensão. Foi assim que mosteiros como os da Pendorada e Rendufe ¹¹, estudados por José Mattoso, de Santo Tirso, Fiães e Guimarães, analisados por José Marques ¹²; Alcobaça estudado por Iria Gonçalves ¹³, Arouca e mais recentemente Sto Antonino de Barbudo ou S. Paulo de Almaziva viram os seus cartórios analisados respectivamente por Maria Helena Coelho ¹⁴ e por Maria José Azevedo Santos ¹⁵.

¹¹ A abadia de Pendorada foi estudada por José Mattoso no âmbito da sua tese de licenciatura no início dos anos 60 e publicada recentemente em português. MATTOSO, José – *A Abadia de Pendorada das origens a 1160*. In IDEM – *Obras completas*. Vol. 11. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2002. No que respeita ao mosteiro de Rendufe, o estudo sobre esta instituição encontra-se inserida na colectânea, do mesmo autor, *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 205-281.

¹² MARQUES, José – *O Mosteiro de Fiães: notas para a sua história*. Braga: [s.n.], 1990; IDEM – *O Mosteiro de Guimarães*. Guimarães: [s.n.], 1990; IDEM – *Aspectos da vida interna do Mosteiro de Santo Tirso, segundo a visitaçao de 1437*. Santo Tirso: [s.n.], 1982.

¹³ GONÇALVES, Iria – *O Património do mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: FCSH-UNL, 1989.

¹⁴ COELHO, Maria Helena – *O mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1977 e IDEM – *Santo Antonino de Barbudo: um protagonista monástico da região bracarense em tempos medievos*. In IDEM – *Homens, Espaços e poderes, séculos XI-XVI*. Vol. 2: *Domínio Senhorial*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 7-30.

¹⁵ SANTOS, Maria José Azevedo – *Vida e morte de um mosteiro cisterciense: S. Paulo de Almaziva (hoje S. Paulo de Frades, c. Coimbra), séculos XIII-XVI*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

Centrados no estudo de instituições regulares com fontes documentais de volume e conteúdo diferenciado, estas obras foram elaboradas em diferentes contextos historiográficos ao longo das décadas de 70 e de 80. No entanto, e para lá das inevitáveis questões colocadas pela especificidade de cada instituição ou da sua documentação, muitas destas análises reflectiam ainda diferentes abordagens metodológicas e clivagens bastante claras no que se referia à orientação dada à investigação. Assim, enquanto algumas se centraram no estudo exclusivo do património detido pelo mosteiro, analisando com pormenor a sua composição e a política de gestão, mas fazendo-o em separado das características derivadas do facto de ser uma instituição religiosa, outras conjugaram a análise patrimonial a uma abordagem mais global que procurava estudar o património enquanto detido por uma comunidade eclesiástica com características definidas dadas pelo seu estatuto e pela especificidade da regra adoptada.

O exemplo mais clássico e também mais conseguido do primeiro grupo encontramos-lo na dissertação de doutoramento de Iria Gonçalves apresentada no final dos anos 80 e dedicada ao mosteiro de Alcobaça, enquanto o segundo parece ter conhecido diferentes exemplos de que um dos mais representativos e precoces é a obra já referida de Maria Helena Coelho sobre Arouca.

Contudo, os últimos anos têm demonstrado ser difícil resistir ao apelo de estudar um património sem atender à comunidade que o detém, nomeadamente quando o estudo incide sobre comunidades femininas. E este constitui um dos outros eixos caracterizadores da produção sobre o clero regular das últimas décadas.

Com efeito, a par da centração dos estudos em instituições ligadas às ordens beneditinas e cistercienses, o monaquismo feminino foi objecto de uma particular atenção por parte dos historiadores do clero regular, nomeadamente quando se procurou conjugar a vertente do estudo patrimonial à da análise social da composição destas comunidades. A riqueza de fontes existente para alguns destes cenóbios, fontes que muitas vezes possibilitam a identificação das monjas aí recolhidas, ao contrário do que acontece com as comunidades masculinas e a compreensão dos meandros da gestão patrimonial dividida entre monjas e abadessas, permitiu o crescimento efectivo do número de obras dedicadas a cenóbios femininos: Arouca por Maria Helena Coelho, Dina Almeida e Luís Repas¹⁶; Semide por Rui Cunha

¹⁶ RÊPAS, Luís Miguel Malva de Jesus – *Quando a nobreza traja de branco: a comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues, 1286-1299.*

Martins numa original análise centrada na comunidade conventual¹⁷, Celas de Coimbra abordado por Maria do Rosário Morujão¹⁸, Chelas estudado por Maria Filomena Andrade¹⁹; Lorvão por Maria Leonor Santos, embora este cenóbio tivesse sido já objecto de um amplo conjunto de pequenos estudos centrados na importância deste mosteiro no contexto dos primeiros séculos da sua existência²⁰, Almoester, estudado por José Varandas²¹; Odivelas analisado no âmbito da dissertação de mestrado de Margarida Isabel Pinto²²; Vairão objecto de uma dissertação de doutoramento de Alcina Martins²³, ou S. Bento de Cástris²⁴ são algumas das comunidades estudadas.

Leiria: Magno Edições, 2003; ALMEIDA, Dina – *O mosteiro cisterciense de Arouca: comunidade e património (1300-1317)*. Coimbra: [s.n.], 2003. Dissertação de mestrado em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Texto policopiado; além da obra já referida de Maria Helena Coelho.

¹⁷ MARTINS, Rui Cunha – *Património, parentesco e poder: o Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*. Lisboa: Escher, 1992.

¹⁸ MORUJÃO, Maria do Rosário – *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas, séculos XIII a XV*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2001.

¹⁹ ANDRADE, Maria Filomena – *O mosteiro de Chelas: uma comunidade feminina na Baixa Idade Média: património e gestão*. Cascais: Patrimonia, 1996.

²⁰ MARQUES, Maria Alegria – Inocência III e a passagem de Lorvão para a ordem de Cister. *Estudos sobre a ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Ed. Colibri, 1998, p. 75-126; AZEVEDO, Ruy de – *O Mosteiro de Lorvão na reconquista cristã*. Lisboa: [Sep. do arquivo Histórico de Portugal], 1933 e SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *O Domínio de Santa Maria de Lorvão: gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

²¹ VARANDAS, José Henriques – *Monacato feminino e domínio rural: o património do mosteiro de Santa Maria de Almoester no século XIV*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994; e TEIXEIRA, Francisco Manuel de Almeida Correia – *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester*. Lisboa: [s.n.], 1990. Dissertação de mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto policopiado.

²² PINTO, Margarida Isabel da Silva – *O Mosteiro de Odivelas no século XIV: património e gestão*. Lisboa: [s.n.], 2000. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto policopiado; e BRANCO, Maria João; VILAR, Hermínia Vasconcelos – A fundação do Mosteiro de Odivelas. In *ACTAS do Congresso sobre Cister na Galiza e Portugal*. Vol. 1. Orense: 1992, p. 589-602.

²³ MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira – *O Mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média: o percurso de uma comunidade feminina*. Porto: [s.n.], 1999. Dissertação de doutoramento em História da Idade Média apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Texto policopiado.

²⁴ CONDE, Maria Antónia Fialho – *O Mosteiro de S. Bento de Cástris (Évora): bases para uma proposta de valorização histórico-arquitectónica*. Évora: [s.n.], 1995. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Évora. Texto policopiado.

No conjunto, descrevem uma área geográfica relativamente alargada que se estende desde a região a Norte do Vouga até às imediações de Lisboa, com esporádicas incursões na região do Alentejo, incluindo alguns dos mais importantes mosteiros femininos do Portugal dos séculos XII a XIV.

E se bem que estas análises patenteiem diferentes abordagens e metodologias é inegável que a atenção de que o monaquismo feminino tem sido objecto, e a multiplicação das análises monográficas mormente ligadas a instituições cistercienses, permitiu a construção de algumas abordagens de síntese, inexistentes para outras ordens. Realcem-se neste campo os artigos de Maria Alegria Marques, sobre “A evolução do Monaquismo feminino até ao século XIII na região do Entre Douro e Tejo” e “A introdução da Ordem de Cister em Portugal”, compiladas nos seus *Estudos Sobre a Ordem de Cister*²⁵ e um artigo pioneiro sobre as ligações entre o monaquismo cisterciense e a nobreza portuguesa elaborado por Maria Helena Coelho e Rui Cunha Martins²⁶.

Com efeito, a importância social e económica de mosteiros como Lorvão, Arouca, Celas ou mesmo Semide não foram estranhos a esta atenção dedicada ao monaquismo feminino de base cisterciense. A ligação precoce destes mosteiros a membros femininos da família real, a protecção dispensada pelas filhas de Sancho I aos três primeiros cenóbios referidos, a menção frequente na sua documentação a senhoras conotadas com a alta e média nobreza dos séculos XIII e XIV não deixaria de exercer a sua influência sobre os historiadores do social, mesmo que não do religioso, mas que acabaram por abordar estas instituições regulares visando estabelecer o nexó entre a sociedade política leiga e as suas ramificações no seio do corpo religioso da Igreja regular.

Já a mesma sorte não tiveram outros conventos femininos nomeadamente ligados às ordens mendicantes, nem mesmo muitos dos mosteiros masculinos incluídos em diferentes ordens monásticas, não obstante o número relativamente elevado de estudos existente, mas que esperam ainda abordagens de síntese sobre a evolução global destas ordens no contexto nacional.

²⁵ MARQUES, Maria Alegria – *Estudos sobre a ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Ed. Colibri, 1998, respectivamente p. 9-28 e 29-74.

²⁶ COELHO, Maria Helena e MARTINS, Rui Cunha – O monaquismo ibérico cisterciense e a nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV). *Theologica*. 2^a série. 28: 2 (1993) 481-506.

Começamos por este último grupo. Além das obras já referidas devidas a José Mattoso, José Marques e Iria Gonçalves, destaquem-se as que se debruçaram sobre Grijó, tanto na vertente da análise dos seus patronos como do seu património no final da Idade Média ²⁷, sobre a colegiada e o mosteiro de Guimarães ²⁸, sobre Santo Tirso nas suas origens e no século XV, estudado respectivamente por Alberto Feio, Humberto Baquero Moreno e Armindo de Sousa ²⁹, sobre S. Salvador de Moreira da Maia analisado por Aires Fernandes ³⁰, sobre Santa Maria de Aguiar ³¹, Gondar ³², S. Simão da Junqueira ³³, S. Salvador de Castro de Avelãs ³⁴, S. Vicente de

²⁷ PIZARRO, José Augusto Sottomayor – *Os patronos do mosteiro de Grijó: evolução e estrutura da família nobre, séculos XI a XIV*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1995; AMARAL, Luís Carlos do – *S. Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV: estudo de gestão agrária*. Lisboa: Cosmos, 1994.

²⁸ RAMOS, Claudia Maria Toriz da Silva – *O Mosteiro e a colegiada de Guimarães: ca. 950-1250*. Porto: [s.n.], 1991. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado; e BASTOS, Maria do Rosário – *Santa Maria de Oliveira: um domínio monástico do Entre Douro e Minho em finais da Idade Média*. Porto: [s.n.], 1993. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

²⁹ MORENO, Humberto Baquero – *Os abades do mosteiro de Santo Tirso no século XV*. Lisboa: [s.n.], 1986; FEIO, Alberto – *Origens do mosteiro de Santo Tirso*. Santo Tirso: [s.n.], 1956; SOUSA, Armindo de – *O mosteiro de Sto Tirso no século XV. Estudos Medievais*. 1 (1981) 95-156; MELO, Arnaldo Rui de Sousa – *O couto de Santo Tirso (1432-1516)*. Porto: [s.n.], 1995. 2 vols. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

³⁰ FERNANDES, Aires Gomes – *S. Salvador de Moreira da Maia: venturas e desventuras de um mosteiro no século XIV*. Coimbra: [s.n.], 2003. Dissertação de mestrado em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Texto policopiado.; e CARVALHO, José Vieira de – *O mosteiro de S. Salvador de Moreira: instituição valorizadora da terra da Maia*. Maia: Câmara Municipal, 1969.

³¹ VICENTE, António Balcão – *Santa Maria de Aguiar, um mosteiro de fronteira: património rural e paisagem agrícola: séculos XII-XIV*. Lisboa: [s.n.], 1996. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Texto policopiado. Outros abordagens são ainda devidas a COUTO, João – *O Convento de Santa Maria de Aguiar em Riba Coa, termo de Castelo Rodrigo*. Porto: [ed. autor], 1927 e a BORGES, Júlio António – *O mosteiro de Santa Maria de Aguiar e os monges de Cister*. Figueira de Castelo Rodrigo: 1997.

³² DUARTE, Paula Cristina – *O mosteiro de Gondar: património e rendas*. Porto: [s.n.], 2003. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

³³ LIRA, Sérgio – *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira*. Vol. 1: *Dos primórdios a 1300*. Vol. 2: *Colecção documental*. Vila do Conde: Câmara Municipal, 2001.

³⁴ AFONSO, Ana Maria – *O mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs: um*

Fora ³⁵ e Santa Cruz de Coimbra ³⁶, tendo sido, em especial, este último mosteiro objecto de variados e diversificados estudos por parte de diferentes autores ³⁷.

Não obstante o número significativo de estudos monográficos dedicados a estabelecimentos regulares masculinos no período medieval, nem sempre têm sido elaboradas sínteses que permitam retirar as tendências comuns a partir destas obras ou vislumbrar o pano de fundo sobre o qual estas instituições foram fundadas ou se desenvolveram. Excepções a este panorama são os estudos elaborados por José Mattoso para a diocese do Porto a propósito da entrada de Cluny e os seus reflexos sobre o monaquismo ibérico ³⁸, sobre a introdução da regra de S. Bento na Península Ibérica e a sua inserção no reino de Portugal ³⁹, o estudo já referido de Maria Alegria Marques sobre a entrada de Cister em Portugal, ⁴⁰ e, claro, as obras de Maur Cocheril sobre o monaquismo cisterciense na Península Ibérica ⁴¹.

património monástico no dealbar da Idade Moderna (1500-1538). Cascais: Patrimonia, 2002 e da mesma autora em conjunto com RODRIGUES, Ana Maria – *O tombo do mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs (1500-1538)*. Cascais: Patrimonia, 2002.

³⁵ SILVA, Carlos Manuel Guardado da – *O mosteiro de S. Vicente de Fora: a comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*. Lisboa: Colibri, 2002.

³⁶ MARTINS, Armando – *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

³⁷ CRUZ, António – *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média*. Porto: Emp. Ind. Gráf. do Porto, 1964; MADAHIL, António Gomes da Rocha – *O privilégio do isento de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, 1940; GOMES, Saul António – In limine conscriptionis: *Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*. Coimbra: [s.n.], 2000. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. . Texto policopiado; NASCIMENTO, Aires Augusto do – *Santa Cruz de Coimbra: as motivações de uma fundação regular*. In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES SOBRE D. AFONSO HENRIQUES E A SUA ÉPOCA, 2, Guimarães, [2000] – [Actas]. Guimarães: Câmara Municipal, [D.L. 2002], vol. 4, p. 118-127.

³⁸ MATTOSO, José – *O monaquismo ibérico e Cluny*. In IDEM – *Obras completas*. Vol. 12: *O monaquismo ibérico e Cluny*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2002. Sobre a introdução da regra beneditina em Portugal vejam-se ainda os artigos do mesmo autor “O monaquismo ibérico e Cluny” e “A introdução da regra de S. Bento na Península Ibérica” in IDEM – *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 55-90.

³⁹ Cf a este nível os vários estudos devidos a José Mattoso e integrados nas suas colectâneas de artigos.

⁴⁰ Cf. nota 25.

⁴¹ COCHERIL, Maur – *D. Afonso Henriques et les premiers cisterciens portugais*. In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES E SUA COLEGIADA, 1981 – *Actas*.

Aliás, a análise do contexto monacal para os períodos anteriores ao século XI e para outros espaços que não o da diocese do Porto continuam a obrigar à utilização de obras produzidas por autores espanhóis entre as quais se realçam as de Charles Julian Bishko e as Linage Conde ⁴².

No que se refere a outras ordens religiosas, em especial as mendicantes, o panorama é um pouco menos animador.

Mais uma vez vários são os factores que explicam o tardio aparecimento de estudos sobre estas ordens, entre os quais ressaltam as dificuldades que rodeiam muitos dos cartórios conventuais ligados a ordens mendicantes, desaparecidos ou distribuídos por núcleos documentais diferenciados. No entanto, a importância destas ordens no contexto do Portugal medievo está bem patente nas tentativas de leitura sobre o movimento franciscano feitas por José Mattoso ⁴³, José Marques ⁴⁴ e António Montes Moreira ⁴⁵, sobre a entrada dos dominicanos elaborada por Francisco da Gama Caeiro ⁴⁶, Frei António do Rosário ⁴⁷, Raúl de Almeida

Guimarães: Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, 1981, p. 321-332; IDEM – *Routier des premiers abbayes cisterciennes du Portugal*. Paris: Centro Cultural Português, 1978; IDEM – *Les Infantes Teresa, Sancha, Mafalda et l'ordre de Citeaux au Portugal*, separata da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: 1978; *Recherches sur l'Ordre de Citeaux au Portugal*. Lisboa: Bertrand, 1960; IDEM – *Études sur le monachisme en Espagne et en Portugal*. Paris: Les Belles Lettres, 1966. É claro que os últimos anos têm assistido a uma proliferação de congressos sobre a ordem de Cister nomeadamente ao nível do espaço peninsular. Realcem-se por exemplo o encontro realizado em Orense no início dos anos 90 e do qual resultaram dois volumes de actas: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE SAN BERNARDO E O CISTER EN GALICIA E PORTUGAL, Ourense, 1991 – *Actas*. Ourense: [s.n.], 1992, e onde se podem encontrar vários artigos referentes a Portugal.

⁴² BISHKO, Charles Julian – *Spanish and portuguese monastic studies: 600-1300*. Londres: Variorum Reprints, 1984 e LINAGE CONDE, Antonio – *Los origenes del monacato beneditino en la Peninsula Iberica*. 3 vols. Léon: Centro de Estudios San Isidro, 1973.

⁴³ MATTOSO, José – O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas. In IDEM – *Portugal Medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 329-346.

⁴⁴ MARQUES, José – Os franciscanos no Norte de Portugal nos finais da Idade Média. *Arquivo Distrital do Porto*. Porto: 1982.

⁴⁵ MOREIRA, António Montes – Implantação e desenvolvimento da ordem franciscana em Portugal, séculos XIII-XVI. In SEMINÁRIO O FRANCISCANISMO EM PORTUGAL, 1994 – *Actas*. Lisboa: 1996, p. 13-27 e MORENO, Humberto Baquero – O poder real e o franciscanismo no Portugal medievo. In SEMINÁRIO O FRANCISCANISMO EM PORTUGAL, 1994 – *Actas*, p. 87-96.

⁴⁶ CAEIRO, Francisco da Gama – Os primórdios dos frades pregadores em Portugal: enquadramento histórico-cultural. *Arquivo Histórico Dominicano Português*. Porto: 1984;

Rolo⁴⁸ ou Saul António Gomes⁴⁹. Com efeito, os estudos monográficos sobre conventos franciscanos e dominicanos tardaram em aparecer após os artigos datados dos anos 50 e 60 da autoria de Félix Lopes⁵⁰. Teríamos de esperar pelos anos 80 para assistir ao surgimento de artigos sobre S. Domingos de Coimbra e do Porto⁵¹, sobre a protecção régia aos frades de S. Francisco do Porto⁵² além de um amplo leque de pequenos estudos elaborados por Frei António do Rosário, incansável historiador da ordem dominicana em Portugal⁵³. Aliás, foi sob a orientação deste eclesiástico que os Encontros sobre História Dominicana, deram um novo fôlego aos estudos sobre a ordem, incentivando a investigação na área.

Mas apenas na década de 90 surgiram as primeiras provas académicas dedicadas a conventos mendicantes. Assim, em 1993, Júlia Galego estudou a comunidade de S. Domingos de Vila Nova de Gaia⁵⁴; no ano seguinte Saul Gomes lançou um estudo sobre S. Francisco de Leiria a

Heresia e pregação no século XIV em Portugal: a actuação dos dominicanos. *Arquivo Histórico Dominicano Português*. Porto: 1989.

⁴⁷ Entre as numerosas obras de Frei António do Rosário dedicadas a diferentes cronologias, destaquem-se para o período medieval os artigos *Cartório Dominicano Português: século XIII*. Porto: 1984; *Pergaminhos dos Conventos dominicanos*. Lisboa: 1972; *Primórdios dominicanos em Portugal: notas para o estudo da excelsa figura portuguesa de D. Frei Soeiro Gomes*. *Bracara Augusta*. 1965.

⁴⁸ ROLO, Raul de Almeida – Dominicanos. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*, vol. 2, p. 82-88.

⁴⁹ GOMES, Saul António – As ordens mendicantes na Coimbra medieval: notas e documentos. *Lusitania Sacra*. 2ª série. 10 (1998) 149-215.

⁵⁰ Alguns destes estudos encontram-se reunidos na sua *Colectânea de Estudos de História e Literatura*. 2 vols. Lisboa: APH, 1997. No que respeita à ordem franciscana realcem-se ainda os estudos de FÁRIA, Francisco Leite de – Os primeiros franciscanos em Portugal. In *COLÓQUIO Antoniano: actas*. Lisboa: 1982, p. 49-60 e S. Francisco em Portugal: síntese histórico-bibliográfica. *Archivo Ibero-Americano*. 42 (1982) 453-479.

⁵¹ COELHO, Maria Helena; MATOS, João Cunha – O convento velho de S. Domingos de Coimbra: contributo para a sua história. *Arquivo Histórico Dominicano Português*. Porto: 1986. Mais recentemente atente-se no estudo de BARBOSA, Albertina Machado da Silva – *Capelas e aniversários do mosteiro de S. Domingos do Porto*. Porto: [s.n.], 1998. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

⁵² MORENO, Humberto Baquero – A Protecção régia aos frades do convento de S. Francisco do Porto no século XV. *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*. Porto: 1982.

⁵³ Cf. nota 47.

⁵⁴ CASTRO, Júlia Campos Alves de – *O Mosteiro de S. Domingos das Donas de Vila Nova de Gaia*. Porto: [s.n.], 1993. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

partir da documentação sobrevivente ⁵⁵, embora já em 1989 o mesmo autor tivesse sido responsável por um estudo de maior fôlego sobre Santa Maria da Vitória ⁵⁶, enquanto o ano de 2000 veria surgir duas teses sobre conventos ligados à vivência mendicante: a de Isabel Branquinho sobre os trinitários de Santarém ⁵⁷ e a de Ana Paula Santos sobre D. Mor Dias, fundadora do mosteiro de Santa Clara de Coimbra e as relações com os cónegos de Santa Cruz, nos primeiros tempos da sua fundação ⁵⁸. Mais recentemente Marta Castelo Branco tem dedicado alguns pequenos estudos ao mosteiro de S. Domingos de Santarém ⁵⁹, enquanto se espera que teses de doutoramento em preparação, venham a conferir, num futuro próximo, mais consistência aos nossos conhecimentos sobre ordens em Portugal ⁶⁰.

Também o panorama da vivência eremítica, nomeadamente no espaço sul do território, poderá num futuro próximo conhecer novos desenvolvimentos com a dissertação de João Luís Fontes ⁶¹.

⁵⁵ GOMES, Saul António – O Convento de S. Francisco de Leiria na Idade Média. *Itinerarium*. 40: 150 (1994) 399-502; e AFONSO, Luís – *Convento de S. Francisco de Leiria: estudo monográfico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

⁵⁶ GOMES, Saul António – *O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1990. Sobre a presença dominicana na zona atente-se no artigo de CRISTINO, Luciano Coelho – Presença dominicana na região de Leiria antes de Santa Maria da Vitória, séc. XIII-XIV. In ENCONTRO SOBRE HISTÓRIA DOMINICANA, 2, Santarém, 1982 – *Actas*. Vol. 2. [S.l.]: Arquivo Histórico Dominicano Português, 1986, p. 81-94.

⁵⁷ BRANQUINHO, Isabel – *O Mosteiro da Santíssima Trindade de Santarém: propriedade e gestão (séculos XIII-XV)*. Lisboa [s.n.], 2000. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto policopiado.

⁵⁸ SANTOS, Ana Paula Figueira – *A fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra: da instituição por D. Mor Dias à intervenção da rainha Santa Isabel*. Coimbra [s.n.], 2000. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Texto policopiado.

⁵⁹ Escrita e gestão patrimonial num mosteiro mendicante: o Tombo dos bens de S. Domingos de Santarém (1402-1471). *Media Aetas. Revista de Estudos Medievais*. 2ª Série. 2 (2005-2006) 147-190. Sobre a entrada dos dominicanos em Santarém atente-se ainda no artigo de BEIRANTE, Maria Ângela – Santarém à chegada dos dominicanos. In ENCONTRO SOBRE HISTÓRIA DOMINICANA, 2 – *Actas*, vol. 1, p. 197-200 e CASANOVA, Maria da Conceição – Conventos de S. Domingos em Santarém na época de S. Frei Gil. In *S. FREI GIL de Santarém e a sua época: catálogo*. Santarém: Câmara Municipal, 1997, p. 87-97.

⁶⁰ Refira-se a este título, em especial, o estudo em preparação sobre a ordem das Clarissas.

⁶¹ João Luís Fontes é autor de vários pequenos estudos sobre o movimento eremítico

Da mesma forma, também as ordens militares conheceram um amplo desenvolvimento dos seus estudos no decurso das últimas décadas. Desde os estudos de Luís Adão da Fonseca ⁶² às dissertações de Cristina Cunha ⁶³, Cristina Pimenta ⁶⁴, Paula Pinto Costa ⁶⁵ e Isabel Lago ⁶⁶, passando pelos Encontros organizados ciclicamente em Palmela desde 1989, os conhecimentos sobre a constituição, organização e implantação destas ordens no espaço português conheceu um novo fôlego.

No que respeita ao estudo de personagens marcantes, o mundo regular não é um espaço propício ao estudo da personalidade individual. Excepcionalmente alguns casos paradigmáticos de priores como D. Telo ou D. Teotónio ⁶⁷, ou religiosos como obviamente Santo António ⁶⁸, Frei Soeiro

em Portugal, área até agora deixada em aberto. Realcem-se os artigos A pobre vida no feminino: o caso das Galvoas de Évora. In *O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval*. Coord. Ana Isabel Buescu, João Silva de Sousa e Maria Adelaide Miranda. Lisboa: Núcleo Científico de Estudos Medievais / Instituto de Estudos Medievais - FCSH da UNL. Ed. Colibri, 2005, p. 157-178; Ordem de São Paulo Primeiro Eremita. In *ORDENS Religiosas em Portugal*, p. 129-148; Ordem dos Cónegos Regulares Premonstratenses. In *Ibidem*. p. 223-229. Sobre a presença do movimento eremítico no Alentejo, veja-se ainda o artigo de BEIRANTE, Maria Ângela – Eremitérios da pobre vida no Alentejo dos séculos XIV-XV. In *JORNADAS DE HISTÓRIA MEDIEVAL*, Lisboa, 1985 – 1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV-XV: *actas*. Lisboa: História & Crítica, 1985, p. 257-266.

⁶² FONSECA, Luís Adão da – *O Condestável D. Pedro de Portugal e a ordem militar de Avis e a Península Ibérica do seu tempo (1249-1466)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982 entre vários outros estudos.

⁶³ CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem militar de Avis: das origens a 1329*. Porto: [s.n.], 1989. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

⁶⁴ PIMENTA, Maria Cristina – A Ordem militar de Avis durante o mestrado de D. Fernão Rodrigues de Sequeira. *Militarium Ordinum Analecta*. 1 (1997) 129-242 e, da mesma autora, *As ordens de Avis e de Santiago na baixa Idade Média: o governo de D. Jorge*. Palmela: Câmara Municipal, 2002.

⁶⁵ COSTA, Paula Pinto – *A ordem militar do Hospital em Portugal (séculos XII-XV)*. Porto: [s.n.], 1993. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado; e, da mesma autora, A Ordem do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade. *Militarium Ordinum Analecta*. 3-4 (1999-2000) 5-592.

⁶⁶ BARBOSA, Isabel Lago – A Ordem de Santiago na Baixa Idade Média: normativa e prática. *Militarium Ordinum Analecta*. 2 (1998) 98-288. Ainda sobre a ordem de Santiago veja-se a dissertação de CUNHA, Mário Raul de Sousa – *A Ordem militar de Santiago: das origens a 1327*. Porto: [s.n.], 1991. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado; e a bibliografia indicada nestes estudos.

⁶⁷ CRUZ, António Augusto Ferreira da – D. Teotónio, prior de Santa Cruz, o primeiro cruzado e o primeiro santo de Portugal. In *SANTA Cruz de Coimbra do século XI ao século XX: estudos*. Coimbra: [s.n.], 1984, p. 21-58.

Gomes⁶⁹ ou Frei Gil de Santarém⁷⁰, entre outros, poucos são os membros do clero regular objecto de análises específicas, face à escassez de informação sobre muitos deles⁷¹. Inclusive a realidade estudada em outras historiografias, constituída pelos confesores e pelos esmoleres dos reis⁷², permanece em Portugal como uma área secundária de investigação.

Na verdade, o espaço privilegiado para o estudo da personalidade e da personagem parece ser o do clero secular. Neste campo, os estudos sobre bispos e mesmo em torno de algumas dignidades capitulares antecederam as próprias análises sobre as instituições diocesanas, capitulares e paroquiais. A profusão de dados sobre muitos destes indivíduos, em especial quando comparados com os disponíveis para os membros do clero regular, deixam o historiador medievista sempre à beira da tentação de elaborar mais um estudo de caso, de forma a facultar ao seu leitor a riqueza de um percurso, de um património ou de uma personalidade.

No entanto, e apesar do notório crescimento dos estudos em torno do clero secular e de alguns dos seus membros, a verdade é que muitas destas personalidades, mesmo episcopais, permanecem como ilustres desconhecidos ou contam apenas com referências nas listas de prelados ou nas

⁶⁸ CAEIRO, Francisco da Gama – *Santo António de Lisboa*. 2 vols: Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

⁶⁹ ROSÁRIO, Frei António do Rosário – Primórdios dominicanos em Portugal: notas para o estudo da excelsa figura portuguesa de D. Frei Soeiro Gomes. *Bracara Augusta*. Braga: 1965 e CAEIRO, Francisco da Gama – Sobre heresias medievais: em torno aos decretos de Sueiro Gomes. *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*. 68: 2 (1982) 433-446.

⁷⁰ SÃO JOÃO, Baltazar de – *Vida de S. Fr. Gil de Santarém*. Trad. e introd. Aires A. Nascimento. Lisboa: I.N.I.C., 1989, e alguns dos artigos incluídos no catálogo *S. FREI GIL de Santarém e a sua época*.

⁷¹ AZEVEDO, Carlos Moreira – Figuras e mosteiros dos Eremitas de Santo Agostinho na segunda metade do século XV. In CONGRESSO INTERNACIONAL BARTÓLOMEU DIAS E A SUA ÉPOCA, Porto, 1989 – *Actas*. Vol. 5. Porto: Universidade, 1989, p. 393-409 e COELHO, Maria Helena – Os superiores do mosteiro de S. Pedro de Arouca desde as origens até à adopção da regra de Cister. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. 40 (1974) 104-118.

⁷² Refira-se o artigo de MARQUES, João – Franciscanos e dominicanos confesores dos reis portugueses das duas primeiras dinastias: espiritualidade e política. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas. Anexo 5 – Espiritualidade e corte em Portugal, séculos XVI-XVIII*. Porto: 1993 e ALBERTO, Edite – O esmoler-mor do reino: o seu papel no resgate de cativos. In COLÓQUIO INTERNACIONAL CISTER: ESPAÇOS, TERRITÓRIOS, PAISAGENS, Alcobça, 1998 – *Actas*. Vol. 1. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, p. 99-102 como um dos exemplos de estudos nesta área.

diferentes crónicas e histórias das dioceses elaboradas na primeira metade do século XX, senão mesmo no decurso dos séculos anteriores.

O ponto de partida inevitável de muitos dos historiadores do clero e das instituições seculares é, ainda hoje, constituído pelas crónicas e listas de bispos dedicadas às várias dioceses portuguesas e devidas, em muitos casos, à pena de membros do próprio clero catedralício. Rodrigo da Cunha, Gama e Castro, Augusto Ferreira, Gonçalves da Costa são apenas alguns dos nomes paradigmáticos desta produção, constituída por crónicas, galerias de prelados ou histórias das dioceses e onde se recolhe informação de diferente tipo, quase sempre necessitada de um olhar crítico e analítico prévio à sua utilização.

Contudo, e tendo presente estas limitações, estas obras constituem e constituíram durante muitos anos os únicos estudos existentes sobre as dioceses portuguesas e sobre os seus prelados e só no decurso dos últimos anos este panorama tendeu a ser alterado.

As razões que ditaram esta viragem para o estudo do clero secular foram, como seria de esperar, de diferente ordem. Por um lado, a multiplicação dos estudos sobre o clero e as instituições regulares em especial no decurso dos anos 80 criou uma sensação difusa de que a manutenção de uma tendência centrada exclusivamente no estudo monográfico de instituições conduzia à aplicação formal de um modelo de análise a diferentes cenóbios, sem que essa multiplicação se saldasse por um salto efectivo no conhecimento das diferentes ordens do clero regular. Por outro, a recuperação de uma História Política e de uma História Social das Instituições abriu caminho ao estudo do comportamento e da composição das sociedades políticas medievais, no interior das quais os eclesiásticos ligados ao clero secular surgiam como elementos indispensáveis à compreensão do funcionamento destes grupos. Aliás, a influência do próprio desenvolvimento dos estudos sobre o grupo nobiliárquico sob orientação de José Mattoso não foi estranha à crescente atenção dada a muitos dos membros do clero secular, em especial áqueles ligados de alguma forma com o exercício do poder real. Na verdade, o aumento dos estudos sobre o grupo nobiliárquico acentuou a importância de analisar de forma sistemática o grupo eclesiástico que partilhava com os nobres, espaços e vivências comuns.

De todo este contexto resultou, pois, uma tentativa de estudo e de renovação das abordagens das instituições e personalidades ligadas ao clero secular. Através do estudo das instituições diocesanas, como aconteceu com Braga ⁷³, Évora ⁷⁴, Lamego ⁷⁵, Lisboa ⁷⁶ e Coimbra ⁷⁷ e de forma

⁷³ A maior parte dos estudos académicos realizados sobre Braga nos últimos anos

parcial com Viseu ⁷⁸, de tentativas de biografar percursos e carreiras episcopais ou através da análise de conjuntos de bispos estabelecidos com base

enquadraram-se num projecto dirigido por Ana Maria Rodrigues e financiado pela FCT. Entre as dissertações defendidas e centradas no estudo do património ou da comunidade capitular realcem-se os estudos de NOGUEIRA, Alexandra Monteiro – *Formação e defesa do património do cabido de Braga nos finais da Idade Média (1351-1500)*. Braga: [s.n.], 1998. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho. Texto policopiado; CERQUEIRA, José Salgado – *A exploração económica das propriedades do cabido da Sé de Braga nos finais da Idade Média (1465-1515)*. Braga: [s.n.], 1998. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho. Texto policopiado; BARROS, Ana Andrea Soeiro de – *A aquisição e gestão de bens pelo cabido de Braga na primeira metade da centúria de 300 (1300-1359)*. Braga: [s.n.], 1998. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho. Texto policopiado; CARVALHO, Cristina Maria Peixoto de – *O Património do Cabido da Sé de Braga nos finais do século XV*. Braga: [s.n.], 1999. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho. Texto policopiado; FERREIRA, Maria Celestina – *Os bens, direitos e rendimentos do Cabido da Sé de Braga em finais da Idade Média*. Braga: [s.n.], 2000. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho. Texto policopiado; LIMA, Maria Justiniana Maciel – *O cabido de Braga no tempo de D. Dinis (1278-1325)*. Braga: [s.n.], 1998, publicado em 2003. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho. Texto policopiado; RIBEIRO, João Carlos Taveira – *A instituição capitular bracarense no século XIV (1325-1374). Organização e relações*. Braga: [s.n.], 1998. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho. Texto policopiado; COSTA, Maria Antonieta Moreira da – *O cabido de Braga na segunda metade de Duzentos (1245-1278)*. Braga: [s.n.], 2000. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho. Texto policopiado. Mais recentemente, Ana Maria Rodrigues em colaboração com João Taveira Ribeiro, Maria Antonieta Costa e Maria Justiniana Maciel publicou *Os Capitulares Bracarenses (1245-1374): Notícias Biográficas*. Lisboa: CEHR-UCP, 2005. Aliás a mesma autora publicou alguns artigos de síntese sobre diferentes aspectos da vida capitular entre os quais se destacam; Les capitulaires de Braga des 13e et 14e siècles: réflexion sur une enquête prosopographique en cours. In *CHEMINS d'Historiens: mélanges pour Robert Durand*. Rennes: Apogée, 1999, p. 117-131; Para uma prosopografia dos cônegos de Braga. In *ELITES e redes clientelares na Idade Média*. Lisboa: Ed. Colibri-CIDEHUS, 2001, p. 141-168 e O poder económico, social e político do Cabido da Sé de Braga nos finais da Idade Média (séculos XIII-XVI): um projecto de investigação. *Lusitania Sacra*. 2ª série. 10 (1998) 335-345. No entanto a obra pioneira sobre a diocese de Braga deve-se a COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. 2 vols. Coimbra: Universidade, 1959. Para o século XV, os vários estudos de José Marques permitem desenhar um quadro mais completo da organização diocesana. Destaquem-se entre estes a dissertação defendida em 1981 e publicada em 1988, *A arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

⁷⁴ A organização e a história da diocese de Évora foi objecto de vários abordagens parciais por parte de diferentes historiadores entre os quais se destacam os nomes de Júlio César Baptista e Henrique da Silva Louro. Mais recentemente dedicámos a nossa dissertação de doutoramento ao estudo desta diocese na Idade Média: *As dimensões de um poder: a diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

na sua ligação com um reinado como aconteceu com o episcopado dionisino ⁷⁹, o conhecimento sobre o clero secular progrediu de forma significativa ao longo dos anos 90 e esperamos que este seja o curso dominante ainda nos próximos anos.

Aliás, esta redobrada atenção esteve na base e permitiu o lançamento do projecto *Fasti Ecclesiae Portugaliae*, a exemplo do que tinha acontecido em Inglaterra e em França, mas de forma precoce quando comparado com outras historiografias. Este projecto constitui, aliás, um exemplo claro da crescente importância que esta área de trabalho teve no decurso dos últimos anos na historiografia medieval portuguesa.

No entanto, este crescimento impõe a nosso ver algumas reflexões que convêm destacar desde já.

Os perigos decorrentes de uma multiplicação incontrolada dos estudos de caso centrados em personalidades eclesiásticas, sejam elas bispos, dignidades ou simples cónegos, espreitam.

⁷⁵ SARAIVA, Anísio – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Magno, 2003, embora tenha sido uma dissertação de mestrado defendida em 1999.

⁷⁶ FARELO, Mário – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)*. Lisboa: [s.n.], 2004. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Texto policopiado. Alguns dos aspectos desta tese foram retomados no artigo do mesmo autor intitulado Organização e Composição Social do Cabido da Sé de Lisboa. *Anuario de Estudios Medievales*. 35: 2 (2005) 767-797. Sobre os primeiros tempos da diocese veja-se o estudo de BRANCO, Maria João – Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração. *Lusitania Sacra*. 2ª série. 10 (1998) 55-94.

⁷⁷ MORUJÃO, Maria do Rosário – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Coimbra [s.n.], 2005. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Texto policopiado.

⁷⁸ No que respeita à diocese de Viseu, não existe ainda um trabalho de conjunto que permita compreender o processo de restauração e de organização diocesanas, mas apenas alguns trabalhos parciais de importância desigual. Cf. a título de exemplo nos estudos de TINOCO, Maria Amélia Abreu – *Memórias históricas e cronológicas dos bispos de Viseu: séc. XII a XVI*. Porto: [s.n.], 1997. Dissertação de mestrado em História Ibero-Americana apresentada à Universidade Portucalense. Texto policopiado; de NERY, António da Seixas – *O Cabido de Viseu nos inícios da Idade Moderna: senhorio e rendas (1400-1500)*. Porto: [s.n.], 1996. Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado; CASTRO, Júlia Alves – A diocese de Viseu nos alvares da Nacionalidade. In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES SOBRE D. AFONSO HENRIQUES E A SUA ÉPOCA, 2 – [Actas], vol. 5, p. 353-359.

⁷⁹ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Perspectivas sobre a prelazia do reino em tempos dionisinos. *Revista da Faculdade de Letras-História*. 15: 2 (1998) 1469-1477; VILAR, Hermínia Vasconcelos – O episcopado do tempo de D. Dinis – trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325). *Arquipélago, História*. 2ª série. 5 (2001) 581-694.

Na verdade se tomarmos como ponto de partida, a título de exemplo, uma obra como o *Dicionário de História de Portugal* produzido no final dos anos 60, vemos que no conjunto das suas largas centenas de artigos, os bispos medievais biografados mal ultrapassavam a dezena tendo sido entregues, na sua maioria, à responsabilidade da pena do padre Avelino de Jesus da Costa. Para mais, este grupo era maioritariamente constituído por bispos de dioceses do Norte e relacionados com os séculos XI a XIII, e se bem que a escolha de nomes se ligasse à importância das personagens em questão, ela revelava igualmente um pouco do estado dos conhecimentos. Ora as últimas décadas alteraram substancialmente este quadro. Os trabalhos nomeadamente de António Domingues de Sousa Costa, de José Marques, do próprio Padre Avelino de Jesus da Costa, de Maria Helena Coelho, de Armando Carvalho Homem, de Anísio Saraiva, de Maria João Branco, de Hermínia Vilar, de Cristina Cunha entre muitos e muitos outros, têm permitido conhecer um pouco melhor carreiras, percursos e vivências de bispos e dignidades capitulares⁸⁰.

Indício significativo do aumento destes estudos é ainda o facto de não existir, neste momento, congresso, encontro ou livro de Homenagem que não inclua um ou mais artigos dedicados ao percurso de um bispo ou de um membro de topo da hierarquia secular portuguesa na Idade Média.

Esta multiplicação tem, como é óbvio e como já referimos, vantagens indiscutíveis ao nível do conhecimento sobre o clero secular e sobre algumas das suas figuras marcantes, mas uma multiplicação caótica dos estudos de caso comporta os riscos inerentes à dispersão das análises individuais desenquadradas de uma visão de conjunto. É óbvio que esta apreciação poderá parecer precoce no contexto em que nos encontramos,

⁸⁰ Os estudos que têm tomado como base de análise as carreiras individuais de alguns bispos são de tal forma numerosos que tornam impossível a sua citação numa nota deste género. Realcem-se assim os vários estudos de António Domingues de Sousa Costa sobre diferentes personagens com destaque para João Afonso de Azambuja, D. Telo, Silvestre Godinho e Mestre Vicente, além dos prelados das dioceses de Viseu e de Lamego estudados para a centúria de Quinhentos. Da mesma forma, também Gonçalo Pereira foi objecto de um extenso artigo por parte de Maria Helena Coelho; D. Fernando da Guerra foi estudado por José Marques não apenas na sua dissertação de doutoramento mas também em artigos posteriores; João Afonso Aranha foi analisado por Armando Carvalho Homem; os membros da família Ebrard presentes na diocese de Coimbra, Vasco Martins, bispo do Porto e de Lisboa e Geraldo Domingues, prelado do Porto e de Évora foram objecto de estudos por parte, respectivamente, de Maria do Rosário Morujão, Maria Helena Coelho e Anísio Saraiva e Hermínia Vilar e Marta Castelo Branco, incluídos nas Actas do Colóquio Internacional *A IGREJA e o Clero português no Contexto europeu*. Lisboa: CEHR-UCP, 2005.

num contexto em que muitos prelados medievais se mantêm como figuras desconhecidas, em que os modelos de funcionamento e de organização diocesana se apresentam ainda pouco trabalhados e necessitam de estudos parcelares e aprofundados. Contudo, pensamos ser este o momento em que convêm também equacionar o feito e o por fazer e neste campo os estudos individuais centrados em personalidades devem continuar a merecer a atenção dos historiadores da História Religiosa mas tendo presente um enquadramento geral e não apenas a curiosidade de um ou outro fundo documental. Por outro lado, estamos talvez na altura de pensar em abordagens mais globais e de síntese, não só inseridas em estudos dedicados às instituições diocesanas e que reflectam sobre o comportamento e a inserção episcopal ou das dignidades capitulares em contextos mais amplos da sociedade medievla.

Feitas estas ressalvas, convirá realçar que existem ainda muitas perguntas sem resposta ao nível do clero secular medievo em Portugal. Além dos estudos já referidos acima e que incidiram sobre diferentes cabidos e dioceses, outros esperam ainda a elaboração de bons estudos sectoriais, nomeadamente Porto ⁸¹, Viseu, Guarda e Lisboa. E de certa forma o mesmo se poderá dizer acerca daquelas dioceses e cabidos que embora tendo sido objecto de análises de maior ou menor fôlego continuam a apresentar lacunas no conhecimento da sua organização e gestão nomeadamente para cronologias diferentes daquelas sobre as quais os estudos existentes foram construídos.

O crescimento exponencial atestado para os níveis acima indicados não é, contudo, extensível para o âmbito das instituições intermédias e de âmbito local da organização diocesana. Refiremo-nos em especial às paróquias e ao clero adstrito a estas unidades e às igrejas, nomeadamente, colegiadas espalhadas pelo território português.

Começemos por estas últimas. Mais uma vez e à semelhança do que aconteceu com as instituições regulares, a atenção dedicada a estas instituições centrou-se, inicialmente, em estudos de carácter patrimonial, mercê os espólios documentais sobreviventes, para só num segundo momento e gradualmente o estudo sobre a inserção social da instituição se insinuar por entre os planos destas análises. Dispomos assim neste

⁸¹ Existe, no entanto, um estudo, já antigo, do cônego António Ferreira PINTO – *O Cabido da Sé do Porto: subsídios para a sua história*. Porto: Câmara Municipal, 1940, e mais recentemente de Maria João Oliveira e SILVA – *Scriptores et notatores. A produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*. Porto: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em História Medieval e do Renascimento, policopiada.

momento de um conjunto relativamente significativo de estudos sobre colegiadas dispersas pelas zonas Norte e Centro do território e que inclui tanto instituições com a importância de Santa Maria de Guimarães⁸² ou Santa Maria da Alcáçova de Santarém⁸³ como pequenas unidades como S. Martinho de Sintra⁸⁴. A par conhecemos algo mais sobre igrejas de Lisboa como Santo Estevão de Alfama⁸⁵, de Coimbra, como é o caso de S. Bartolomeu e de S. Pedro ou de Torres Vedras⁸⁶.

No entanto, após uma fase marcada pelo surgimento de alguns estudos de caso, esta é uma área que parece relativamente esquecida ou abandonada

⁸² A colegiada de Santa Maria de Guimarães tem merecido a atenção de diversos estudiosos mercê a sua importância religiosa e económica. Assim, existem estudos parcelares para diferentes períodos e facetas da sua actuação, mas tarda em aparecer uma análise global para os séculos centrais da Idade Média. Cf., entre outros, MARQUES, José – A Colegiada de Guimarães no priorado de D. Afonso Gomes de Lemos (1449-1487). In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES E SUA COLEGIADA, 1981 – *Actas*, vol. II, 239-323; IDEM – Património e rendas da Colegiada de Guimarães, em 1442. In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES E SUA COLEGIADA, 1981 – *Actas*, vol. II, 213-237, além da obra já citada de Cláudia Ramos a notas 28.

⁸³ BOTÃO, Maria de Fátima – *Poder e influência de uma igreja medieval: a colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém*. Cascais: Patrimonia, 1998; CONDE, Manuel Sílvio Alves – Sobre o património da colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém: das origens ao final do século XV. *Arquipélago. História*. 1: 1 (1995) 49-104. Sobre o património de duas outras colegiadas de Santarém, mais especificamente Santa Iria e Santo Estevão, refira-se o estudo de VIANA, Mário – Uma perspectiva do património de duas colegiadas de Santarém. *Media Aetas Revista de Estudos Medievais*. 2 (1999) 79-101.

⁸⁴ MARQUES, Maria Inez Gonçalves – *A Colegiada de S. Martinho de Sintra nos séculos XIV e XV: património e gestão*. Lisboa: [s.n.], 1997. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto policopiado.

⁸⁵ SERRA, Joaquim Bastos – *A colegiada de Santo Estevão de Alfama nos finais da Idade Média: os homens e a riqueza da gestão patrimonial*. Cascais: Patrimonia, 2003.

⁸⁶ A maior parte dos estudos sobre as colegiadas de Torres Vedras ficaram-se a dever a RODRIGUES, Ana Maria – “A Formação e a exploração do domínio da colegiada de S. Pedro de Torres Vedras (fim do século XIII-fim do século XV)”, “O Domínio rural e urbano da colegiada de S. Pedro de Torres Vedras no século XV” e “As colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV”, estudos elaborados no decurso da década de 80 e retomados em *Espaços, gente e sociedade no Oeste: estudos sobre Torres Vedras medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996. Para Coimbra vejam-se as dissertações de GUARDADO, Cristina – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais: das origens ao início do século X*. Coimbra: [s.n.], 2000. Dissertação de mestrado em História da Idade Média apresentada à Universidade de Coimbra. Texto policopiado; e RANA, Carla – *A colegiada de S. Pedro de Coimbra: das origens ao final do século XIV: estudo económico e social*. Coimbra: [s.n.], 2000. 2 vols. Dissertação de mestrado em História da Idade Média apresentada à Universidade de Coimbra. Texto policopiado.

nos últimos anos, apesar das lacunas que permanecem. Com efeito, faltam estudos sobre a região a Sul do Tejo, apesar dos importantes fundos documentais existentes, sobre a composição social e a importância do clero adstrito a estas instituições, sobre a importância local destas comunidades e, muito em especial, sobre a sua função pastoral. É óbvio que algumas destas instituições foram objecto de análise no contexto de obras mais amplas que incidem sobre cidades, como é o caso de Évora, para citar apenas uma, ou sobre regiões, mas nestes casos o objecto de investigação e análise não foi a igreja, pelo que muitas das suas especificidades são perdidas ou esquecidas face a um equilíbrio mais geral da obra.

Mas faltam, sobretudo, estudos sobre a rede paroquial em Portugal. Com efeito, além dos estudos já clássicos de Miguel de Oliveira ⁸⁷ e de José Mattoso ⁸⁸, contamos apenas com pequenas análises para a rede paroquial feitas por Stephane Boissilier ⁸⁹ e por Hermínia Vilar para o Sul de Portugal ⁹⁰, por Saul Gomes ⁹¹ para o centro do território, além de pequenas referências espalhadas em obras diversas. Desta forma, torna-se difícil perceber a cronologia da difusão da rede paroquial, das diferenças de organização entre o Norte e o Sul do território, para lá de algumas hipóteses colocadas pelos estudos já elaborados e da eficácia do enquadramento local destas instituições em termos económicos, sociais e religiosos.

Por último, gostaríamos ainda de tecer algumas considerações e elaborar um pequeno balanço sobre o último ponto que nos propusemos considerar: o das relações entre poderes, nomeadamente entre a Igreja e a realeza no Portugal medievo.

Em termos concretos se pretendessemos inventariar os estudos que se têm debruçado sobre as relações entre a igreja e a realeza para os séculos

⁸⁷ OLIVEIRA, Miguel de – *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica, 1950.

⁸⁸ MATTOSO, José – A História das paróquias em Portugal. In *PORTUGAL Medieval: novas Interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 37-56.

⁸⁹ BOISSILIER, Stéphane – *Naissance d'une identité portugaise: la vie rurale entre Tage et Guadiana e l'Islam à la reconquête (Xe-XIVe siècles)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa de Moeda, 1998, p. 163-171 e do mesmo autor *Le Peuplement médiéval dans le Sud du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003, p. 205-232.

⁹⁰ VILAR, Hermínia Vasconcelos – Réseau paroissial et droit de patronage dans le diocèse d'Évora (XIIIe-XIVe siècles). In *L'ESPACE rural au Moyen âge: Portugal, Espagne, France (XIIe-XIVe siècle): Mélanges en l'honneur de Robert Durand*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002, p. 125-142.

⁹¹ GOMES Saul António – Organização Paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria nos séculos XII a XV. *Lusitania Sacra*. 2ª série. 4 (1992) 163-310.

medievais numa acepção larga, a lista seria, muito provavelmente, bastante considerável. De uma forma ou de outra as relações entre as ordens religiosas e os reis, entre bispos e a realeza ou de forma mais abrangente o contributo da estrutura eclesiástica para a construção do poder real tem perpassado diferentes estudos, artigos e reflexões. Mais uma vez a recuperação da História Política e muito em especial a reflexão em torno do processo de construção do Estado no período medieval para o espaço europeu, desencadeou uma série de abordagens neste campo, em especial no decurso da última década. Mas já antes todos ou quase todos os historiadores que se dedicaram em especial aos primeiros séculos da existência do reino de Portugal, se debateram com o problema do contributo e da influência eclesiástica na definição do poder real. Os estudos de José Mattoso são especialmente paradigmáticos do que afirmamos e mais recentemente a dissertação de doutoramento bem como alguns artigos elaborados por Maria João Branco colocaram novas questões em torno desta relação, em especial para o período que decorre até ao reinado de Sancho II ⁹².

Curiosamente, o período seguinte tem sido bem menos bafejado pelo interesse dos historiadores. Para lá da tese de Margarida Garcez sobre *Igreja e poder no século XV* ⁹³, do artigo de José Marques sobre *Igreja e Poder Régio entre os séculos XIII e XV* ⁹⁴ e de alguns estudos parcelares, os séculos finais da Idade Média têm merecido menos atenção do que o período inicial de formação da nacionalidade. Com efeito, a atracção exercida pela fundação e pelo conhecimento das bases da construção de uma realeza e de um reino tem sido bem mais eficiente do que a exercida por uma realeza instalada ou marcada pela mudança dinástica. Cabe, talvez, neste campo completar toda uma investigação em especial a partir do reinado de Afonso IV.

O mesmo se passa com as relações com o Papado. Erdmann enquanto referência obrigatória ⁹⁵, Alegria Marques e Teresa Veloso enquanto autoras de estudos centrados nas relações entre Portugal e a Santa Sé ⁹⁶, Júlio

⁹² BRANCO, Maria João – *Poder real e eclesiásticos: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*. Lisboa: [s.n.], 2000. 2 vols. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Aberta,

⁹³ GARCEZ, Margarida – *Igreja e Poder no século XV: dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450)*. Lisboa: Colibri, 1997.

⁹⁴ MARQUES, José Marques – Igreja e poder régio. In *A GÊNESE do Estado Moderno no Portugal Tardo-medieval: Ciclo de Conferências*. Lisboa: UAL, 1999, p. 217-256.

⁹⁵ ERDMANN, Carl – *O Papado e Portugal no primeiro século da História portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1935.

⁹⁶ VELOSO, Maria Teresa – *D. Afonso II: relações de Portugal com a Santa Sé*

César Baptista enquanto responsável pela elaboração de, até agora, um dos dois únicos estudos sobre o Cisma e as suas repercussões em Portugal⁹⁷, são alguns dos nomes que ressaltam aquando de um balanço sobre esta temática. No entanto, este é também e ainda um campo em construção.

Chegados a este ponto convirá concluir reafirmando primeiro que o balanço aqui apresentado não referiu muitos dos nomes e das obras elaboradas no decurso das últimas décadas. Tal como referimos no início, essa seria uma tarefa impossível e, de certa forma, não tão importante como a tentativa de vislumbrar tendências.

Mas convirá também concluir repegando alguns dos problemas colocados no início desta intervenção.

É verdade que numa primeira abordagem a imagem que resulta desta tentativa de balanço sobre estruturas e protagonistas é nitidamente positiva. O aumento do número de estudos, a abertura de novas áreas de trabalho até há pouco tempo secundarizadas, o acréscimo de jovens e menos jovens historiadores ligados a temáticas da História Religiosa apenas podem ser encaradas como indícios positivos e reflexos concretos de um crescimento do interesse por esta área.

No entanto, sob este quadro inegavelmente positivo esconde-se, a meu ver, uma encruzilhada. É claro que os últimos estudos permitiram alargar as áreas de trabalho e os nossos conhecimentos sobre diversos aspectos da organização eclesiástica, mas os anos mais recentes denotam algumas limitações dos modelos de análise utilizados. Com efeito, embora se mantenham importantes questões sem resposta, a História Religiosa muito em especial a centrada no estudo das estruturas e dos protagonistas, tem estado a perder centralidade e capacidade de atracção sobre os mais jovens investigadores.

Podemos, talvez, dizer que este não é apenas um problema da História Religiosa medieval mas antes um problema da História Medieval, cuja receptividade perante as camadas mais jovens e perante uma sociedade

durante o seu reinado. Coimbra: [s.n.], 1998. Dissertação de doutoramento em História da Idade Média apresentada à Universidade de Coimbra. Texto policopiado; e MARQUES, Maria Alegria – *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*. Coimbra: [s.n.], 1990. Dissertação de doutoramento em História da Idade Média apresentada à Universidade de Coimbra. Texto policopiado.

⁹⁷ BAPTISTA, Júlio César – Portugal e o Cisma do Ocidente. *Lusitania Sacra*. 1 (1956) 65-203; e COSTA, A. D. de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Vol. III-1. Porto-Braga, Ed. Franciscanas, 1982.

marcada por imperativos de curta duração, parece hoje menor quando comparada com as décadas anteriores. E de certa maneira assim o é.

No entanto, existem questões específicas ligadas às características do desenvolvimento da História religiosa no decurso dos anos 80 e 90. Com efeito, ao nível da historiografia religiosa medieval, penso que estamos na encruzilhada definida pela multiplicação casuística, não querendo isto dizer que se devam abandonar os estudos monográficos, ainda imprescindíveis ao avanço do conhecimento em diferentes áreas, e pela necessidade de propor ou de reflectir em redor de novos modelos de análise e de novos campos de trabalho e de construir visões mais amplas ou mesmo de síntese em algumas áreas. Esse parece-me ser um dos desafios mais próximos que se colocam à História religiosa do período medieval.

